



## **TÍTULO: AGENTES PRODUTORES E ESPAÇOS LIVRES NA FORMA URBANA DE SÃO CARLOS, SP.**

Luciana Bongiovanni Martins Schenk,  
arquiteta urbanista, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, IAU-USP

[lucianas@sc.usp.br](mailto:lucianas@sc.usp.br)

Renata Bovo Peres,  
arquiteta urbanista, Departamento de Ciências Ambientais, DCAM – UFSCar

[renataperes@ufscar.br](mailto:renataperes@ufscar.br)





## RESUMO

O artigo busca apresentar o fenômeno de expansão urbana que vem no município de São Carlos, tendo como questão fundamental o Sistema de Espaços Livres, (SELs), e sua relação com os agentes, públicos e privados, produtores da forma urbana. Para tanto, apresenta algumas de suas características físicas e históricas, procurando contextualizar o desenvolvimento urbano que aqui se recorta. Alguns elementos-chave são inseridos na análise, especialmente relacionados à gestão municipal e o processo de elaboração e revisão do Plano Diretor Municipal, à entrada de programas públicos federais, e ao crescimento do chamado *empresariamento urbano*. O objetivo é refletir criticamente acerca de algumas das qualidades e consequências da atuação dos diversos e novos agentes na produção da forma urbana em curso no município.

Palavras-chave: espaços livres / expansão urbana / forma urbana

## ***TITLE: PRODUCERS AGENTS AND OPEN SPACES IN SÃO CARLOS, SP***

### ***ABSTRACT***

The article aims to present the phenomenon of urban sprawl that comes in São Carlos, with the fundamental question of the System Open Spaces, (SELs), and its relationship with agents, public and private producers of urban form. It presents some of its physical and historical characteristics, seeking to contextualize urban development that cuts here. Some key elements are inserted in the analysis, especially related to municipal management and the process of elaboration and revision of the Master Plan, the entry of federal programs, and the growth of so-called urban entrepreneurship. The purpose is to reflect critically about some of the qualities and consequences of the action of diverse and novel agents in the production of urban form on travel in the city.

*Key-words: open spaces / urban sprawl / urban form*



## INTRODUÇÃO

O Município de São Carlos está situado no planalto que se segue à Depressão Periférica indo para o interior do Estado de São Paulo, a 236 km da capital. Contando com 1.140,9 km<sup>2</sup> de área, apresenta cerca de seis por cento de seu território urbanizado. Com altitudes médias variando entre 700 e 900 metros o Município tem seu território localizado em um dos divisores de águas do Estado de São Paulo, sendo caracterizado por importante rede hídrica e estando sobre o Aquífero Guarani. Essa condição geográfica implica na presença de solos arenosos facilmente susceptíveis à erosão. As qualidades físicas do território distinguem especiais características de ocupação e revelam uma geografia que torna a paisagem desse trecho uma experiência memorável. Importantes fragmentos de preservação ambiental e áreas de turismo ecológico estão presentes na região, como a Área de Proteção Ambiental Corumbataí, a Represa do Broa e Estações Ecológicas.

O modelo de ocupação urbana implementado ao longo dos anos em São Carlos desconsiderou as características físicas e ambientais, como as acima destacadas. A cidade que no plano original desenhou no vale, junto ao Córrego do Gregório, seu primeiro conjunto de praças, cresceu negando a significativa presença de corpos hídricos e nascentes em seu território, que foram se transformando em avenidas marginais e córregos canalizados. Além da excessiva impermeabilização das áreas centrais, as áreas periféricas foram assentadas sobre solos frágeis do ponto de vista geotécnico, e as grandes diferenças de declividades acentuavam ainda mais a segregação socioespacial. As áreas rurais e as áreas de mananciais de abastecimento de água, adjacentes aos limites urbanos, vem sendo cada vez mais pressionadas pelos vetores de expansão, com a tentativa de ocupação de novos loteamentos, condomínios habitacionais, chácaras de recreio e eixos comerciais e industriais.

A quase totalidade da área urbana se inscreve na bacia hidrográfica do Monjolinho, rio central que atravessa a cidade e que por sua vez recebe uma significativa rede de córregos urbanos. Esta rede, que conforma a cidade e dá forma a boa parte de seus espaços livres, apresenta-se fundamentalmente sob dois registros: ou foram canalizados e receberam vias às suas margens, ou permanecem ainda *naturalizados*, a espera de um projeto que, no mais das vezes, implica na canalização, a despeito das potencialidades de criação de espaços livres qualificados que representam.

Estudos realizados acerca do processo de expansão urbana e áreas de proteção ambiental ligadas a esses córregos (PDMSC, 2005), atestam aquilo que a



historiografia da paisagem já consolidou como *invisibilidade dos rios urbanos*, (SPIRN, 1995; HOUGH, 2003).

Diversos agentes públicos, produtores da forma urbana, compactuando com esta postura, planejaram e geriram por décadas esse território, desconsiderando a presença dos atributos naturais no desenho da cidade. De fato, promoveram um modelo de cidade dispersa, com incentivo à periferização e segregação. Articuladas a essas ações, constata-se o aumento do *patrimonialismo urbano* (RIBEIRO, 2011), fundado na coalizão dos históricos interesses presentes nos circuitos da acumulação urbana, representados pelas empreiteiras de obras públicas, concessionárias dos serviços públicos e as empresas do mercado imobiliário.

Na contramão desse processo, desde 2001, algumas iniciativas foram desenvolvidas de modo a contornar algumas destas relações de conflito. Uma delas foi o processo de elaboração do Plano Diretor Municipal, aprovado em 2005, que apresentou estratégias e instrumentos urbanísticos que procuravam valorizar as funções sociais da cidade e da propriedade, bem como a promoção de um modelo de ocupação do solo que considerasse aspectos ambientais no planejamento urbano. Um exemplo dessa perspectiva foi a elaboração de projetos de Parques Lineares nesse período, porém, apenas parcialmente implantados. Boa parte destes instrumentos considerados “inovadores” não saiu do papel, prevalecendo a *gestão do cotidiano*, pautada na aprovação de projetos e parcelamentos e no zoneamento urbano.

Até o presente momento, e na iminência de aprovação da Revisão do Plano Diretor Municipal, não se vislumbra a instalação de políticas públicas que possam inaugurar um novo período, ao contrário, no último período, relativo à gestão iniciada no ano de 2012, a cidade recebeu a entrada de novos agentes que vêm, cada vez mais, assumindo a cena no que se refere à distribuição das atividades no espaço urbano.

O objetivo deste artigo é refletir criticamente acerca de algumas das qualidades e consequências dessa produção da forma urbana, com ênfase nos espaços livres resultantes e da atuação de alguns desses agentes públicos e privados.



Imagem 1: Cidade de São Carlos. Fonte: voo Oficina QUAPA – fevereiro de 2014.



## **O CRESCIMENTO URBANO DE SÃO CARLOS: AGENTES, ESPAÇOS LIVRES E FORMA URBANA**

A morfologia em grade proposta originalmente em meados do Século XIX para a cidade de São Carlos denota a presença de um plano elaborado a partir de paradigmas da época: a técnica traçou malha ortogonal sobre terreno com aclives e declives, regulando e ordenando o território. Os rios e os trilhos da linha férrea, que se implantava buscando cotas apropriadas, se configuraram como limites, naturais e artificiais, e terminaram por alterar a disposição das ruas, truncando a continuidade do traçado e apresentando um desenho de morfologias justapostas, que conformaram bairros com distintas ocupações.

O crescimento urbano a partir desse traçado primeiro também parece ter seguido a lógica de expansão da maior parte das cidades dos municípios brasileiros: glebas de terra postas a parcelamento quando da proximidade com a cidade; trechos de terra deixados no meio do caminho à espera de valorização para entrada no jogo urbano em melhores condições de valor (ROLNIK, 2003).

Até 1940, a cidade se mostrava compacta, com uma grande facilidade de deslocamentos gerada por distâncias curtas. De 1950 em diante, no entanto, ela recebe ampliação sem precedentes. Com as eleições livres em 1947, o prefeito passou a exercer a gestão urbana, tendo no setor industrial o representante direto pelo controle dos poderes públicos municipais e pelo crescente processo de expansão territorial urbana. Grandes incentivos públicos aos emergentes setores urbanos e industriais foram feitos e começam a surgir novos loteamentos de propriedade dos agentes sociais representantes da indústria e do comércio.

A inexistência de regras claras fez que surgissem os chamados “parcelamentos espontâneos”, cujo processo de parcelamento não dependia da aprovação de órgão competente, sendo implantados sem nenhum controle da Câmara ou da Prefeitura. Assim, a expansão físico-territorial da cidade teve como lógica uma ocupação pautada na implantação de loteamentos em áreas descontínuas que beneficiavam os interesses dos grandes donos de terras e a atuação especulativa do mercado imobiliário. A decisiva instauração de um padrão de acumulação do capital acabou gerando uma dinâmica de ocupação urbana calcada no aprofundamento da segregação socioespacial, pela geração de bolsões periféricos, e na definição de um padrão de habitação popular baseada no trinômio: loteamento periférico irregular – casa própria – autoconstrução (DEVESCOVI, 1985:50).





Em relação aos espaços livres, o que se pode perceber ao observar a Carta da cidade de São Carlos é a constatação daquilo que se tornou lugar comum nas muitas cidades brasileiras submetidas ao processo de desenvolvimento em curso há décadas no país: os espaços contemplados pela Lei nº 6.766/79, especialmente os relacionados ao sistema de lazer e recreio, como são chamadas nos documentos da municipalidade, ocupam áreas declivosas, ou tem dimensões, ou inserções urbanas, pouco aproveitáveis em relação a projetos de praças: faixas estreitas, bicos de quarteirões, rotatórias; exceção feita às ruas e avenidas, sistema privilegiado de espaços livres com foco no transporte viário. A estrutura viária sofreu modificações, mas mantém na sua principal centralidade a fisionomia original. Notadamente, o que se observa, a partir do processo de expansão da cidade, acelerado pela vinda das Universidades a partir da década de 50, é o reiterar do modelo: a justaposição de grades na implantação de novos loteamentos, o que termina por gerar sérios problemas de deslocamento.

Até os dias atuais a cidade ainda conta com um Sistema de Espaços Livres, SELs, relacionado a seu momento fundador. As praças centrais presentes no desenho original permanecem, algumas delas com alterações em seu traçado, inclusive com a construção de edificações em parte de seus espaços livres, porém, a estrutura em eixo que se relaciona à Avenida São Carlos resiste ao passar dos tempos, sendo ampliada em suas extremidades, em momentos distintos. Em suma, parece ter sido o resto do parcelamento o que constituiu o sistema de espaços livres públicos desde a década de 70.

## **O PLANEJAMENTO URBANO DE SÃO CARLOS: AGENTES, ESPAÇOS LIVRES E FORMA URBANA**

O cenário histórico de conflitos e ambiguidades é o motor que une esforços de institucionalização do planejamento urbano em São Carlos, vinculando-se ao momento em que se constitui o cenário para a elaboração de um Plano Diretor que pudesse orientar o crescimento futuro e embasar o conjunto de leis sequenciais relativas ao parcelamento, uso e ocupação do solo.

A movimentação para a construção de um plano diretor para a cidade de São Carlos percorreu três momentos distintos (PERES, 2012). Embora esses momentos tenham de fato ocorridos, apenas o último, que se deu a partir de 2001, foi utilizado como instrumento para o planejamento municipal.



No que tange aos aspectos ambientais, vale ressaltar que o processo de elaboração do Plano Diretor Municipal, aprovado em 2005 (SÃO CARLOS, 2005), revelou uma série de redescobertas e leituras, comprovando o acentuado grau de transformações e impactos negativos advindos dos processos especulativos de ocupação do solo e que não contemplaram os elementos e as características presentes no município. Os impactos evidentes claramente ressaltavam a dimensão ambiental, sobretudo nas relações entre os processos inadequados de ocupação urbana e suas consequências, como ocupações irregulares em áreas de preservação, formação de áreas de risco à população, baixa qualidade das águas urbanas, pressão antrópica nos mananciais, entre outras.

As condições do espaço urbano demonstraram o alto grau de vulnerabilidade deste território e as fragilidades ambientais estavam presentes em quase todas as direções da cidade: na direção Norte havia a questão da transposição das Bacias Hidrográficas Tietê-Jacaré e Mogi-Guaçu, embora esta fosse a área de maior pressão especulativa e com demanda de expansão de condomínios fechados; na direção Leste, havia a presença das duas principais áreas de mananciais de abastecimento público da cidade; na direção Sul, havia um território com acentuados conflitos socioambientais, sofrendo pressões por novas ocupações de loteamentos populares e, por fim, a direção Oeste apresentava uma condição de relevo em topografia desfavorável.

Em termos de gestão pública municipal houve a proposta da criação de um sistema de espaços verdes e revalorização das águas urbanas, fazendo uso do instrumento relacionado às Áreas de Especial Interesse Ambiental. Essa perspectiva que pretendia instalar novos espaços livres qualificados na cidade procurava dirimir o impacto causado pela ocupação de fundos de vale com Avenidas, prática que *resolvera* os problemas de mobilidade em determinado período, enquanto criava outros relacionados às enchentes e drenagem. Associados aos espaços verdejados estariam lugares de recreação e descanso, os parques mencionados anteriormente, numa clara intenção de aliar lazer e preservação. Outra ação que pode ser relacionada à qualidade do Sistema de Espaços Livres, uma vez que implicava na gestão da terra urbana e na sua destinação social, foi aquela relacionada ao incentivo à ocupação de vazios urbanos e contenção do espraiamento territorial. Um dos instrumentos urbanísticos propostos nesse sentido foi a outorga de alteração de uso do solo, que buscava onerar financeiramente o empreendedor pelo uso de terras rurais para novos parcelamentos urbanos.



Outras duas ações podem ser ressaltadas, e que desempenharam importante papel nas características ambientais do município: a primeira delas diz respeito à contenção da ocupação de chácaras de recreios, cuja realidade demonstrava ser potencialmente capaz de gerar novos bairros afastados da malha urbana original. A segunda delas procurava constranger a permissividade na lógica de implantação de condomínios fechados, que até finais da década de 90 eram poucos, mas que a partir de 2000 tornam-se modelo de ocupação de grande procura.

No decorrer da aplicação do Plano Diretor ocorreram avanços, principalmente relacionados ao disciplinamento do parcelamento do solo e o rompimento da lógica de descontrole sobre o uso e ocupação do solo. Entretanto, embora a “*gestão do cotidiano*” tenha de fato se incorporado e esteja evidente em grande parte da opinião dos segmentos que atuam na cidade, a gestão do uso e ocupação do solo de São Carlos ainda traz consigo lacunas e ambiguidades.

A orientação e o crescimento urbano efetivamente ocorrido evidenciaram e reforçaram duas tendências que vinham apresentando indícios na cidade: uma expansão sentido Norte e Noroeste, tendo como principal mercado uma faixa de população de alto poder aquisitivo na busca por moradia em novos bairros ou condomínios fechados e, no sentido Sul, uma maior concentração de loteamentos para população de baixa renda financiados pelo capital privado (PERES, 2012).

A representação produzida pelo Plano Diretor mostrava então uma imagem de cidade cujos entornos estavam em expansão e eram ocupados até 2002 por uma tendência de segregação socioespacial que se consolidou com o passar dos anos.

## **SÃO CARLOS: NOVOS AGENTES, PÚBLICOS E PRIVADOS, NA PRODUÇÃO DA FORMA URBANA.**

A cidade de São Carlos atual é fenômeno que se expande em várias direções. O vetor Sul, desaconselhado no Plano Diretor de 2005 como ambientalmente frágil, recebe novos loteamentos e a periferia se amplia em solos frágeis e área de recarga do Aquífero; grandes empreendimentos privados, sob a forma de condomínios fechados e parques tecnológicos são consolidados no vetor Norte; hipermercados e grandes lojas são construídos ao longo dos eixos como avenidas estruturais e a própria rodovia Washington Luís, que já participa da trama viária como meio de deslocamento; vazios urbanos são deixados em meio a esse processo, o modelo de desenvolvimento se atualiza e apresenta novas complexidades.



A partir de meados de 2009, novos agentes começaram a surgir no cenário regional e municipal de São Carlos; o território urbano, na contramão das prerrogativas do Plano Diretor aprovado em 2005 se expandiu fortemente, financiado pelo Estado, em especial o Governo Federal, consolidando a segregação socioespacial entre Norte e Sul constatada à época.

Um dos agentes de maior impacto na alteração do território da cidade nos últimos anos é algo que vem sendo revelado não apenas como “parceria” público-privada, mas, propriamente: *uma fronteira de indistinção entre as formas de produção destinadas à produção da habitação de interesse social e aquelas voltadas para a habitação de mercado, formando uma zona intermediária híbrida – a habitação social de mercado* (SHIMBO, 2012).

A percepção de que o Programa Minha Casa Minha Vida, (PMCMV), incorpora a lógica mercantil à produção de Habitação Social inaugura novo período de crítica às possíveis soluções para o problema do seu planejamento e construção em nosso país: o Estado, e toda uma ordem de razões, escolhe financiar e facilitar a atuação e fortalecimento de incorporadores e construtores privados.

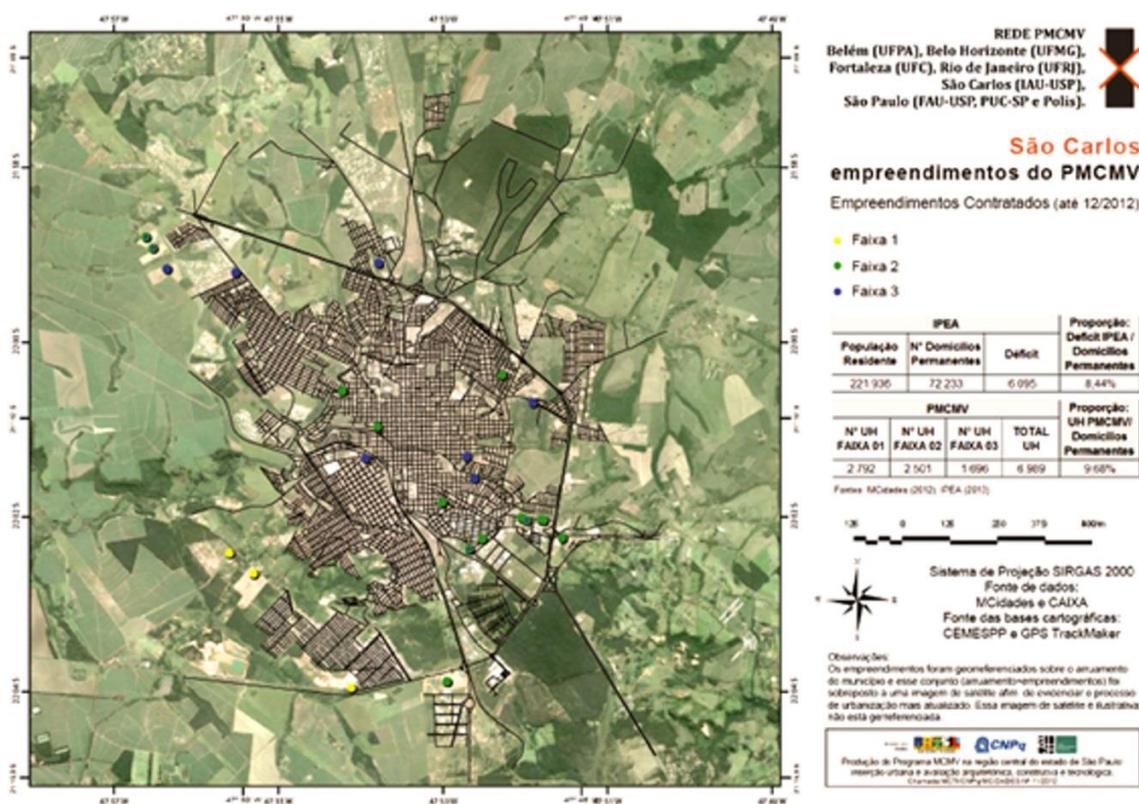


Imagem 3 : Empreendimentos do PMCMV na cidade de São Carlos.



Quando se explora a ideia dos potenciais agentes, públicos e privados, o que se tem no horizonte é a produção social do espaço urbano, fato teoricamente consolidado a partir dos escritos de David Harvey, (HARVEY, 2006), e que fundamentalmente relacionam mudança social, desenvolvimento econômico e urbanização. Os desdobramentos desse ideário alcança contemporaneamente complexidade elevada, *estabelecendo o indissolúvel entranhamento da produção social do espaço e os mecanismos estruturais do capital*, (GOTTDIENER, 2010, *apud* SHIMBO E LOPES, 2014:5).

A vinculação entre o Programa Minha Casa Minha Vida e grandes empresas de âmbito nacional, a produção regional do programa que engloba o território que vai das cidades de Ribeirão Preto a São Carlos revela o protagonismo dos agentes públicos federais no planejamento, construção e expansão da cidade; de fato, a vinculação das ações entre o governo e o Capital.

A área Norte da cidade, com maior infraestrutura e renda, recebe implantações do Programa Minha Casa Minha Vida (faixas 2 e 3); e a área sul, onde se implantam os conjuntos de Habitação de Interesse Social, locais de alta vulnerabilidade social, fragilidade ambiental, distantes do centro e carentes de infraestrutura, recebem os aportes do PMCMV, faixa 1.



Imagem 4 : Programa Minha Casa Minha Vida PMCMV, faixas 3. Fonte: Voo Oficina QUAPA SC 2014.



Imagem 5: PMCMV, faixa 3. Fonte: Voo Oficina QUAPA SC 2014

A escolha sobre a localização da maioria desses empreendimentos não vem da gestão municipal, parte, sobretudo, de acordos entre construtores e proprietários de terra, agravando problemas urbanos, sociais e ambientais já insustentáveis em nossas cidades.

Em relação aos Sistemas de Espaços Livres que vem sendo produzidos a partir desse processo, alguns aspectos podem ser observados. As implantações realizadas na periferia sul da cidade, constrói modelos bastante conhecidos da Habitação Social, casas isoladas em pequenos lotes, ruas que se resumem ao leito carroçável. Aquilo que aparece nos projetos como praça são espaços livres desqualificados à espera de projeto ou construção. O principal fato geográfico desse território, que se constitui em vazio urbano, cuja geografia desvela um vale de grande potencial paisagístico, remanesce à espera de um projeto de parque que reuniria, dada sua escala, qualidades de conservação, desempenho infraestrutural e de recreação.



Imagem 6: Jardim Zavaglia, área sul da cidade de SC, PMCMV, faixa 1. Fonte: Voo Oficina QUAPA SC 2014.



Imagem 7 : Jardim Zavaglia à esquerda o vale do Corrego Água Quente, ao fundo o bairro Cidade Aracy.  
Fonte: Voo Oficina QUAPA SC 2014.

No outro extremo são construídas benfeitorias como a implantação do Hospital Escola, realizada com verbas federais e municipais, que carrega toda uma modificação na paisagem, provocando a valorização do entorno. A esse movimento se alinham as escolhas realizadas não apenas por outros capitais de natureza privada, como os condomínios e parques “eco”tecnológicos mencionados, mas também as ampliações das Universidades públicas presentes no município.

O Campus da Universidade de São Paulo em São Carlos consolida, a partir de 2002 a construção da área 2, na franja do território urbano, em bairro originalmente legado às classes com menor poder aquisitivo, mas que a partir de então apresenta a vizinhança dos condomínios de maior padrão, fruto da articulação de grupos empresariais e donos de terras agora em boa localização. Os Espaços Livres desses empreendimentos são de dois tipos: os intramuros, bem tratados e os extramuros, comumente em abandono, e vazios.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão do papel dos principais agentes, públicos e privados, na construção do município de São Carlos é tarefa que exige a elaboração de uma estratégia de aproximação que vai, pouco a pouco, desvendando complexa rede de colaborações e conflitos.

Por um lado se constata que a aposta do Plano Diretor de 2005 era numa cidade que fosse capaz de construir uma convergência com o ambiente físico sobre a qual se localizava; que mais compacta, contornasse a incongruência que a especulação urbana terminava por gerar àquele momento e que se preocupava em que seus espaços livres públicos desempenhassem também importante papel social. A conquista daquele período era a da construção de um planejamento que buscasse combater o privilégio de interesses e a sempre presente reiteração da cultura que desacredita a possibilidade de gerir a cidade a partir de políticas públicas responsáveis.

Boa parte dessas perspectivas foi reduzida ao longo dos anos, sobretudo pela descontinuidade da gestão pública municipal e pela acentuada abertura ao capital privado. De fato, o que se passa é que, além das contravenções e interpretações enviesadas, as leis sofrem pressões e modificam-se para que aquilo que o Capital compreenda como sendo o mais lucrativo seja construído. A novidade aqui é a participação do poder público na consolidação dessa expectativa.

Estamos vivendo hoje um momento de intensificação da *mercantilização da cidade*, e que está mudando de natureza pela chegada de novos protagonistas que têm interesse na cidade, dentre eles, os interesses da construção civil e os interesses da grande máquina da cidade como divertimento que trazem atrás de si uma complexa e poderosa rede de serviços. Desse modo, a expansão urbana está, cada vez mais se tornando uma questão ligada ao desenvolvimento econômico local através do empresariamento da cidade para se capacitar a ser lugar de ancoragem desses novos circuitos de interesses. Nesse caso, toda a agenda da desigualdade ficou subordinada a essa agenda do desenvolvimento econômico local (RIBEIRO, 2011).

A gestão urbana vem sendo contaminada por esses processos, defendendo a ideia de desenvolvimento urbano como crescimento e abertura de oportunidades de novos negócios que acarreta toda mercantilização da terra e da moradia.

Assiste-se, portanto, a uma acentuada transferência de subsídios públicos do orçamento para o preço da terra. Essa vem sendo uma decisão de política urbana



onde a produção industrial do setor da construção civil é mais importante do que uma política de desenvolvimento urbano de afirmação de direitos e de preocupações com as condições ambientais. O Estado deve ocupar o papel central de planejador e gestor do uso e da ocupação do solo de nossas cidades.

Um dos grandes desafios, portanto, é construir um projeto de política urbana, que possa competir com os interesses econômicos que se tornam hegemônicos; o protagonismo desse conjunto de interesses tende a aprofundar o processo de mercantilização da cidade. É preciso repensar as formas e estratégias de reflexão e lutas, uma vez que os espaços de participação que foram esvaziados.

Uma questão de vital importância é de que modo a dimensão ambiental, que é fundamentalmente política, insere-se nesse processo de transformação, de modo que não se torne acessório, peça de marketing, ou simples estratégia em chave ideológica. Dimensão ambiental que pode ser associada diretamente ao sistema de espaços livres, em seu desempenho infraestrutural e de encontro, de natureza pública e privada, mas especialmente, de potencial criação da vida pública.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. **Discursos da Sustentabilidade Urbana**. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, n. 1, p. 79-90, maio 1999.
- DEVESCOVI, Regina de Campos Balieiro. **O processo de produção do espaço urbano e da segregação socioespacial: um estudo sobre a cidade de São Carlos**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FGV, 1985. 261 p.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo : Annablume, 2006.
- INSTITUTO PÓLIS. **Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. São Paulo, Instituto Polis, 2000.
- LIMA, Renata Priore. **Limites da legislação e o (des)controle da expansão urbana. São Carlos (1857 – 1977)**. São Carlos: Edufscar, 2008. 243p.
- PERES, Renata Bovo. **O Planejamento Regional e Urbano e a Questão Ambiental: Análise da relação entre o Plano de Bacia Hidrográfica Tietê-Jacaré e os Planos Diretores Municipais de Araraquara e São Carlos, SP**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos, 2012.
- QUEIROGA, Eugenio & BENFATTI, Denio. **Sistemas de Espaços Livres Urbanos: Construindo um Referencial Teórico**. Paisagem Ambiente: ensaios (Especial ENEPEA 2006), São Paulo, n. 24, p. 81-87, 2007.



RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **O desastre do planejamento: a tragédia expõe os vícios de um modelo baseado no vale-tudo urbano.** Revista Carta Capital, São Paulo, 2011. p.24-25.

ROLNIK, Raquel. **A Cidade e a Lei, legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo.** São Paulo: Studio Nobel, 2003.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço.** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.

SÃO CARLOS. Prefeitura Municipal de São Carlos. **Plano Diretor do Município de São Carlos.** Lei nº 13.691 de 25 de novembro de 2005. São Carlos, 2005. 69p.

SHIMBO, Lucia; LOPES, João Marcos. **Too much business and few policies: the role of major construction companies in the housing program “Minha Casa, Minha Vida” in non-metropolitan cities in Brazil.** In: ISA World Congress of Sociology, 18, 2014, Yokohama – Japão. *Anais...* Yokohama: ISA, 2014. (no prelo).

SPIRN, Anne. **O Jardim de Granito, a natureza no desenho da cidade.** São Paulo: Edusp, 1995.